



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE RONDINHA

LEI MUNICIPAL Nº 3.380, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

“AUTORIZA CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.”

ALDOMIR LUIZ CANTONI, Prefeito Municipal de Rondinha, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao dispositivo no artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Município autorizado a contratar, em razão de excepcional interesse público, servidores em quantidade, funções e vencimentos mensais a seguir discriminados:

Quant.	Função	Horas Semanais	Vencimento Mensal
13	Professor de Pedagogia	24 horas	R\$ 2.445,79
02	Professor de Língua Portuguesa	24 horas	R\$ 2.445,79
01	Professor de Artes	24 horas	R\$ 2.445,79
01	Professor de Ciências/Biologia	24 horas	R\$2.038,16
02	Professor de Matemática	24 horas	R\$ 2.445,79
01	Professor de Matemática	20 horas	R\$ 2.445,79
01	Professor de Educação Física-Escola	24 horas	R\$ 2.445,79
01	Professor de Educação Física-Oficinas	24 horas	R\$ 2.445,79
03	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.480,79 + insalubridade
01	Motorista	44 horas	R\$ 2.165,97 + periculosidade

Parágrafo Único: Os valores dos vencimentos mensais serão reajustados, quando da concessão de revisão geral anual aos servidores efetivos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE RONDINHA

Art. 2º As contratações explícitas no artigo 1º, serão pelo prazo de 06 meses, podendo ser prorrogadas por igual período, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, prestando serviços à rede municipal de ensino.

§1º As especificações exigidas para as contratações de servidores na forma desta Lei são as que constam do respectivo Plano de Carreira;

§2º Os contratados, poderão ser convocados a prestar serviço em regime suplementar, nos termos do artigo 32 da Lei Municipal nº 2.783/2013.

Art. 3º Os contratos de que trata esta Lei serão de natureza administrativa, ficando assegurados aos contratados os direitos previstos no Regime Jurídico Único – Lei Municipal nº 1.677/2002 e Plano de Carreira do Magistério – Lei Municipal nº 2.783/2013.

Art. 4º Os contratos deverão ser rescindidos quando o Servidor titular do cargo retornar à função ou da nomeação e posse de aprovação em Concurso Público Municipal.

Art. 5º Para contratação será utilizado a lista de aprovados em concurso público, quando houver, e posteriormente, cadastro reserva de processo seletivo simplificado.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias vigentes.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RONDINHA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALDOMIR LUIZ CANTONI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Data Supra

JONATAN DI DOMENICO
Secretário Municipal de Administração